

Área: 50.674 ha | Vigilante de IBA: Alice Gama (ATN) e Barbara Fraguas

Conheces a IBA? Queres enviar-nos os teus comentários? domingos.leitao@spea.pt

DESCRIÇÃO DA IBA :

Esta área caracteriza-se pelos vales encaixados com fragas abruptas do rio Sabôr e seus afluentes Maças e Angueira. De entre os afluentes do Douro em Portugal, o Sabôr corresponde ao rio mais selvagem e melhor preservado em termos de vegetação autóctone com densos bosques e matagais nas suas encostas. Em alguns troços, assim como na faixa planáltica adjacente, este sítio apresenta uma ocupação agrícola assinalável, com olivais e parcelas cerealíferas, complementada com a pastorícia de ovinos e caprinos.

Habitats: Matos (matos esclerófilos), Zonas húmidas (águas paradas doces; cursos de água; vegetação ribeirinha), Áreas rochosas (falésias/fragas rochosas), Zonas artificiais (terra arada; campos e pomares perenes)

Protecção legal

Nacional: ZPE Rios Sabor e Maças (PTZPE0037, Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro; 50.674 ha coincidentes com a IBA); SIC proposta Rios Sabor e Maças (PTCON0021, Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto; 33.476 ha, inclui 31.175 ha da IBA).

Internacional: ZPE Rios Sabor e Maças; candidatura SIC Rios Sabor e Maças.

FOTOGRAFIAS DA IBA :



© José Teixeira

FICHA TÉCNICA DA IBA :

Efectuar Download em :



Acrobat



Word

AMEAÇAS IDENTIFICADAS NA IBA E NOTÍCIAS :

Construção de barragens ou diques (A), Florestação (B); Queimadas e incêndios (B), Abandono/redução da gestão do terreno (B), Indústrias extractivas (B), Infraestruturas (B), Recreio/turismo (C).

Novos documentos sobre o processo do Rio Sabor

[Chronological Summary of the case](#)

[Parecer da SPEA ao RECAPE do Rio Sabor](#)

[Petição enviada ao Parlamento Europeu / European Parliament Petition](#)

Novembro 2005- Boas notícias para o Rio Sabor!

A Plataforma Sabor livre (<http://www.saborlivre.org/>), na qual participa a SPEA, tem novos motivos para continuar a campanha contra a barragem. Na passada semana, a Comissão Europeia recusou-se novamente por escrito a co-financiar o projecto. Bruxelas pediu explicações ao Governo português, mas os argumentos do Executivo não parecem ter convencido a Europa.

Desta forma, a Bruxelas volta dar a razão, pela segunda vez, à plataforma e aos defensores duma estratégia energética nacional eficaz, que se apoie na poupança e nas energias limpas e não nas obras de engenharia

pesada que não contribuem de forma significativa na redução dos gases com causantes do efecto invernadero.